

PROCESSOS ORGANIZATIVOS DE PRODUÇÃO E DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR NO COREDE CENTRAL/RS

ORGANIZING PROCESSES OF PRODUCTION AND SELLING OF ORGANIC FOOD IN FAMILY FARMING IN THE COREDE CENTRAL/RS

Denise Medianeira Mariotti Fernandes

Universidade Federal da Fronteira Sul, UFFS, *Campus* Cerro Largo, Rio Grande do Sul, Brasil,
denise.fernandes@uffs.edu.br

Erica Karnopp

Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, Rio Grande do Sul, Brasil,
erica@unisc.br

Resumo

Este artigo propõe a análise dos processos organizativos no desenvolvimento das atividades relacionadas à produção e à comercialização de produtos orgânicos advindos de unidades produtivas de agricultores familiares no Conselho Regional de Desenvolvimento Central – COREDE Central/RS. Para tanto, utiliza-se do estudo de caso, como método de pesquisa, em uma abordagem qualitativa de tais processos organizativos inseridos em fatos que se relacionam com a ocupação do território e o início da produção orgânica; na caracterização das formas de organização de ação coletiva de agricultores familiares atuantes nas redes de produção e de comercialização de alimentos orgânicos; e como elementos dinamizadores das articulações para a produção de orgânicos e de articulações e construções solidárias para atuar no mercado de alimentos orgânicos na região. Verifica-se que quanto mais bem organizada a unidade produtiva e as formas de organização de ação coletiva, sejam elas parcerias, pools de produtores, associações ou cooperativas, mais sólidos serão os processos organizativos de produção e de comercialização construídos por agricultores familiares produtores de alimentos orgânicos e melhores serão os resultados nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, o que pode ajudar a alavancar o desenvolvimento regional onde se tenha identificado na agricultura familiar potencial de desenvolvimento endógeno.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Processos organizativos. Alimentos orgânicos. Produção. Comercialização.

Abstract

This article proposes the analysis of organizing processes in the development of activities related to the production and selling of organic products coming from productive units of family farmers in the *Conselho Regional de Desenvolvimento* (Regional Development Council) – *COREDE Central/RS*. For this, use is made of the case study, as research method, in a qualitative approach of such organizing processes inserted in facts relating to the occupation of the territory and the beginning of the organic production; in the characterization of the forms of collective action organization of active family farmers in production networks and commercialization of organic food; and as driving forces of the joints for the production of organic and joints and solidary constructions to operate in the organic food selling in the region. It appears that the more well organized the production unit and forms of collective action organization, whether partnerships, pools of producers, associations or cooperatives, stronger will be the organizing processes of production and selling built by family farmers producers of food organic and better the results in the economic, social, environmental and

cultural dimensions, which can help leverage regional development where has been identified in family farming potential of endogenous development.

Keywords: Family farming. Organizing processes. Organic food. Production. Selling.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento regional implica, basicamente, agregar valor às fontes potenciais de desenvolvimento endógeno identificadas, o que exige, de modo geral, participação ativa e direta dos atores regionais, incentivo externo – público (políticas públicas) e/ou privado – e capacidade de articulação desses atores (entre si e com outros agentes de desenvolvimento) para atingir o intuito de obter um desenvolvimento que abarque não somente crescimento econômico, mas também abranja as dimensões sociais, culturais e ambientais.

Nesse contexto, insere-se a agricultura familiar, particularmente, a produtora de alimentos orgânicos, com sua capacidade de produzir alimentos saudáveis para consumo próprio (subsistência) e para pôr o excedente da produção na mesa dos consumidores, de diminuir os riscos à saúde com a não manipulação de agroquímicos e de preservação do meio ambiente, solo e água, principalmente.

Esse potencial específico, vislumbrado como uma possibilidade bastante importante para o desenvolvimento sustentável, tão em evidência atualmente, tem demandado aos agricultores familiares o aprimoramento dos processos organizativos, não apenas os inerentes à produção, mas também os relacionados à comercialização dos alimentos produzidos.

Cabe expor o entendimento de que os processos organizativos representam um conjunto de operações desenvolvidas a partir de um esforço organizado e ativo. Esses processos consistem em articulações e organizações que acontecem no território e que, com o passar do tempo, transformam-se ou (re)criam outros novos processos organizativos. Isso ocorre, porque há uma constante interação entre os atores regionais que interferem nas dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais.

Esse entendimento a respeito dos processos organizativos foi construído a partir do estudo de diversos autores, tais como: Pinho (1966), Santos (2004), Nantes e Scarpelli (2012) e Batalha e Silva (2012), entre outros.

Outrossim, desse levantamento bibliográfico, cujo foco visava entender os esses processos envolvendo a ação coletiva no território, emergiu a seguinte pergunta: Qual a influência dos processos organizativos para o desenvolvimento das atividades relacionadas à produção e à comercialização de produtos orgânicos advindos de unidades produtivas de agricultores familiares no Conselho Regional de Desenvolvimento Central – COREDE Central¹?

A fim de elucidar tal problema, estabeleceu-se como objetivo a análise dos processos organizativos no desenvolvimento das atividades relacionadas à produção e à comercialização de produtos orgânicos advindos de unidades produtivas de agricultores familiares.

Por isso, neste artigo, abordam-se esses processos organizativos – inseridos em fatos que se relacionam com a ocupação do território e o início da produção orgânica; na caracterização das formas de organização de ação coletiva de agricultores familiares atuantes nas redes de produção e de comercialização de alimentos orgânicos; e como elementos dinamizadores das articulações para a produção de orgânicos e de articulações e construções solidárias para atuar no mercado de alimentos orgânicos, no COREDE Central.

Para realizar o trabalho e na busca de atingir o objetivo proposto, adotou-se a pesquisa qualitativa porque, de acordo com Lüdke e André (1986, p.11), “tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”.

Assim, a coleta de dados, por meio de observações, entrevistas e diálogos, realizada

no âmbito das unidades de produção e nas feiras livres, ou seja, onde basicamente os agricultores familiares desenvolvem suas atividades de produção e de comercialização, pode proporcionar uma análise mais precisa e realista dos aspectos investigados.

Quanto à escolha do método de pesquisa, optou-se pelo estudo de caso porque, segundo Gil (2008, p.79), “se fundamenta na ideia de que a análise de uma unidade de determinado universo possibilita a compreensão da generalidade do mesmo ou, pelo menos, o estabelecimento de bases para uma investigação posterior, mais sistemática e precisa”.

Cabe informar que, para caracterizar esses processos organizativos, estabeleceu-se uma amostra de 52 famílias, todas inseridas em diversas formas de organização de ação coletiva, buscando identificar as condições de articulação dos agricultores familiares. Ainda sobre o universo de pesquisa, faz-se necessário esclarecer que tanto os agricultores familiares quanto às associações informais das quais fazem parte tiveram a identidade preservada. Portanto, à exceção das instituições constituídas legalmente, os nomes que aparecem neste estudo são fictícios.

2 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DE AÇÃO COLETIVA

Existem diferentes tipos de formas organizativas de ação coletiva, das quais os agricultores familiares participam ou podem participar. Nantes e Scarpelli (2012) destacam as principais: parceria, *pool* de produtores, o associativismo e o cooperativismo.

Na agricultura familiar, verifica-se que a parceria é uma das formas de organização bastante comum, em virtude da facilidade de se estabelecer, pois não exige formalidade. Basta definir os objetivos a serem alcançados, a forma como cada uma das partes envolvidas vai desempenhar seu papel nas atividades de trabalho e como vai se dar a divisão dos lucros.

A parceria, segundo Nantes e Scarpelli (2012, p. 647), representa uma opção adequada aos agricultores familiares, porque “[...] visa enfrentar os novos desafios da inserção e permanência nas cadeias de suprimento, pois é realizada por meio da racionalização do trabalho e dos custos.”

Explicita-se que, por se tratar, comumente, de um acordo informal, para que a parceria seja bem-sucedida, exige-se credibilidade e confiança entre os parceiros, que devem compreender bem o seu papel em relação ao trabalho e aos recursos operacionais empregados, além de realizarem a partilha dos dividendos exatamente conforme o combinado.

Em relação a esses aspectos, ressalta-se que essa forma de ação coletiva “[...] quando bem estruturada pode viabilizar técnica e economicamente os pequenos produtores rurais, entretanto, não é fácil de ser organizada, pois pressupõe iniciativa, interesse comum e reciprocidade das partes.” (NANTES; SCARPELLI, 2012, p. 647).

A parceria representa, portanto, o interesse comum estabelecido por um acordo de cooperação que, segundo Nantes e Scarpelli (2012, p. 647), pode conduzir a uma “[...] queda do custo médio devido principalmente à redução dos preços dos insumos, dado que o volume de compra é maior. Também apresenta vantagens na comercialização geradas pelo poder de venda associado ao volume de produtos em negociação.”

Embasados em estudos de Batalha e Silva (2000), que abordam as virtudes e as pré-disposições necessárias para que se projete uma parceria com tendência de êxito, Nantes e Scarpelli (2012, p. 647) declaram que: “A parceria exige iniciativa, liderança, empenho e visão empresarial para buscar o parceiro certo, ter confiança no projeto e estar disposta a dividir lucros, ou seja, o negócio precisa ser bom para todos.”

Outra forma de organização de ação coletiva viável de ser adotada por agricultores familiares que, basicamente, visa aumentar o poder de negociação no mercado é o *pool* de produtores. Sobre essa possibilidade, Nantes e Scarpelli (2012, p. 647-648) afirmam que:

O interesse do grupo ocorre apenas para a comercialização, de modo que, durante a produção, os integrantes do *pool* trabalham separadamente, sem relação

com os demais membros da organização, não compartilhando a infra-estrutura produtiva e administrativa existente em cada propriedade.

A exemplo da parceria, o *pool* caracteriza-se por ser uma forma associativa informal em que o êxito da associação depende bastante da relação de credibilidade e confiança entre os integrantes do grupo.

A figura do líder tem relevante importância na criação de um *pool*, na definição de estratégias de comercialização e, principalmente, nas negociações a que o grupo se propõe porque, de modo geral, os agricultores, segundo Nantes e Scarpelli (2012, p. 648), “[...] se sentem mais seguros sendo representados por um produtor mais esclarecido e com maior poder de articulação junto às indústrias.”

Normalmente, o *pool* é criado para aumentar o poder de barganha dos produtores para negociar com as indústrias, pois “[...] organizados em grupos, o volume de produção é maior. Isso facilita a negociação com a indústria, que geralmente prefere realizá-la com grupos organizados.” (NANTES; SCARPELLI, 2012, p. 648).

Ao considerar as formas de ações coletivas dos agricultores familiares para obter melhores resultados em relação à comercialização e visando à manutenção no mercado, admite-se que os *pools* se apresentam como uma forma concreta de operacionalização das ações de negociações na venda da produção bastante útil.

Por sua vez, as associações são mais abrangentes em relação ao auxílio mútuo em mais segmentos das cadeias produtivas em que os agricultores familiares se inserem. Essas organizações, de acordo com Nantes e Scarpelli (2012, p. 648),

[...] buscam superar dificuldades e gerar benefícios comuns, como no caso dos ganhos de escala obtidos pela comercialização conjunta da produção, redução do preço dos insumos, utilização de máquinas e equipamentos de forma compartilhada, possibilidade de assistência técnica mais presente etc.

Essa forma organizativa de ação coletiva foi estudada por Putnam (1996) que evidenciou a importância das associações civis para a evolução da democracia na Itália. Além disso, o autor verificou, em sua pesquisa, que havia uma relação entre o desempenho (econômico e institucional) em algumas bem-sucedidas regiões daquele país e a existência das associações e enfatizou que o êxito dessas regiões tem a ver com o fato de que elas contavam com a existência de redes de reciprocidade e com a presença de indivíduos que participavam ativamente de diferentes tipos de associações e de atividades diversas, como corais e clubes, tinham o hábito de ler jornais e de ir às urnas.

Sob o impacto da constatação de êxitos gerados em virtude de ações associativas de regiões italianas e inserida no contexto proposto por Milton Santos (2004): “o mundo como pode ser: uma outra globalização”, veicula-se a possibilidade de disseminação das práticas das associações civis encontradas na Itália para outras regiões com modelos associativos similares e estimula-se a multiplicação de redes de reciprocidade e a participação ativa de indivíduos em sociedades democráticas.

No âmbito das formas de ação coletiva, Nantes e Scarpelli (2012) consideram, tanto por sua organização quanto por sua relevância social, o cooperativismo a mais expressiva. Apesar de compartilhar da ideia desses autores e de julgar que essa forma de organização merece uma abordagem mais aprofundada, entende-se que, neste texto, não há espaço apropriado para realizá-la e por isso atem-se à importância para o contexto do cooperativismo mundial exercida pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI)ⁱⁱ – órgão máximo do cooperativismo mundial – que reúne associações cooperativas de diversos países, congregando-as desde que tenham a intenção de melhorar as condições econômicas e sociais de seus membros, que primem pelo auxílio-mútuo e que se pautem pelos mesmos princípios dos Pioneiros de Rochdale (PINHO, 1966; CENZI, 2012); e à conceituação exposta na Lei

5.764, de 16 de dezembro de 1971:

Art. 4º As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;

II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;

III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

IV - inaccessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;

V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;

VI - quorum para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;

VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;

VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;

IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;

X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

3 OCUPAÇÃO DAS TERRAS E INÍCIO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS NO COREDE CENTRAL

A fim de entender a atual ocupação do espaço no COREDE Central, buscam-se esclarecimentos que, por meio de eventos históricos relativos à imigração ocorridos no Brasil, de alguma forma, influenciaram para que se chegasse a formação da estrutura atual da agricultura familiar nessa região, baseada na mão de obra familiar e na pequena propriedade.

Diante disso, inicia-se por enfatizar a Revolução Industrial (entre 1760 e 1820/1840) como impulso externo, porque alavancou um enorme crescimento econômico, mas deflagrou, na Europa, um processo que gerou uma grande massa de população excluída socialmente e sem emprego, tanto na cidade como no meio rural.

Por conta de descompasso, nesse período, os países europeus presenciaram a saída de seus habitantes em busca de oportunidades de sobrevivência e o Brasil transformou-se em uma possibilidade de melhoria de vida para milhares de cidadãos europeus.

Fatores internos também contribuíram para que esse movimento ocorresse: a independência do Brasil (1822), as leis antiescravistas, a abolição da escravatura (1888), a constituição de 1891, dentre outros.

Entre a segunda metade do séculos XVIII e início do século XIX, começaram a chegar, no Rio Grande do Sul, os imigrantes europeus – portugueses (açorianos), italianos e alemães – os quais, devido à pressão dos grandes proprietários de terra, foram levados a ocuparem locais de difícil acesso, próximas a rios, áreas de mata, serras, etc., ou seja, terras devolutas. Isso era um grave complicador para começar a produção agrícola, mesmo em pequenas propriedades, pois a força de trabalho era apenas a família (BRUM, 1988). Ainda, sobre a origem dos imigrantes que chegavam ao estado, importa ressaltar que: “A colonização no Rio Grande do Sul foi feita essencialmente por açorianos, alemães e italianos.” (HERÉDIA, 2001, p. 2).

Mais de meio século depois, a abolição da escravatura, em 1888, e a consequente necessidade de mão de obra para substituir a dos escravos levou o governo brasileiro a estimular a entrada de imigrantes. Nesse contexto, a constituição de 1891 foi determinante para atender a esse desígnio estatal, pois formalizou a imigração como política pública (GRZYBOVSKI; PEREIRA, 2013).

Milhares de europeus receberam incentivos para migrar para o Brasil e, inseridos nesse contingente, italianos e alemães, principalmente, ocuparam a zona rural no sul do país, muito por conta de aspectos geográficos, clima e relevo. No Rio Grande do Sul, do forte fluxo de entrada de italianos e alemães até a década de 1920 resultaram ilhas de colonização e culturais (GRZYBOVSKI; PEREIRA, 2013).

Contrapondo os argumentos expostos por Brum (1988) e Grzybovski e Pereira (2013), questiona-se: Os imigrantes escolheram as regiões porque o clima e o relevo eram parecidos com suas regiões de origem na Europa ou foram escolhidos/enviados para ocupar regiões de difícil acesso?

Enfim, o fato é que os imigrantes ocuparam essas áreas e, no COREDE Central, constata-se essa realidade histórica pela origem de alguns municípios: da colonização italiana surgiram Silveira Martins, Ivorá, Faxinal do Soturno, Nova Palma, São João do Polêsine, Dona Francisca e Pinhal Grande; e da colonização alemã surgiu Agudo.

De acordo com Grzybovski e Pereira (2013), a criação de núcleos coloniais, com base na pequena propriedade e no trabalho familiar, foi a forma adotada pelo governo federal para a inserção dos colonos estrangeiros na região.

Dessa aposta resultou uma pequena produção mercantil caracterizada justamente pela presença marcante dos imigrantes europeus, com destaque especial para os colonos italianos e à produção de queijos, vinhos, salames, pães e hortifrutigranjeiros que se mantêm até hoje e se pode constatar nas feiras do COREDE Central.

Outros aspectos relevantes como o espírito de coletividade que ia além dos laços familiares e do grau de parentesco (TEDESCO, 2001), os modelos associativos já conhecidos e desenvolvidos por eles na Europa (PINHO, 1966) e as iniciativas locais empreendedoras (GRZYBOVSKI; PEREIRA, 2013) contribuíram para que essa pequena produção mercantil se estabelecesse e se tornasse o esteio de sustentação da agricultura familiar no COREDE Central.

Ainda sobre as terras ocupadas pelos imigrantes pioneiros, apesar de inúmeras modificações quanto ao tamanho das propriedades e título de posse por causa das compras e vendas realizadas, em grande parte, mantiveram-se sob o domínio dos descendentes que, todavia, seguem produzindo nelas.

Quanto ao início da produção de alimentos orgânicos no COREDE Central, a busca por agregar valor aos alimentos produzidos, a possibilidade de trabalhar a terra com mais qualidade de vida, sem a utilização de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, a manutenção da pluricultura e a preservação do meio ambiente foram alguns fatores que pesaram na opção pela adoção do sistema orgânico de produção.

Algumas práticas comuns desse sistema como a utilização de sementes crioulas e o não uso de agrotóxicos, historicamente, já eram utilizadas desde que os primeiros agricultores familiares começaram a produzir nas terras ocupadas e se mantiveram como costume dos descendentes desses produtores.

Mas, foi na década de 1990, em decorrência de ações práticas como o Projeto Esperançaⁱⁱⁱ e a Cooesperança^{iv} que, desde que foram criados, fomentam a agricultura familiar e a agroecologia e as têm como dois dos eixos mais importantes, tanto no desenvolvimento do projeto quanto nas articulações da cooperativa, que alguns produtores começaram a reconhecer-se como produtores de alimentos orgânicos e aprimorar o sistema em suas unidades de produção. No entanto, somente no início dos anos 2000, essa realidade prática e

outras tantas espalhadas pelo Brasil de efetivo desenvolvimento do sistema orgânico de produção receberam reconhecimento do Estado brasileiro com a aprovação da Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003.

Verifica-se, pelos discursos dos agricultores familiares entrevistados que, antes mesmo de haver uma legislação que tratasse da agricultura orgânica, algumas famílias no COREDE Central já trabalhavam com produção de alimentos orgânicos, umas há mais de 20 anos, enquanto outras famílias começaram a desenvolver novas formas de produção para realizar mudanças na sua matriz produtiva há menos tempo.

O depoimento do Sr. Eduardo Moreira, agricultor familiar de Dona Francisca, apresenta alguns aspectos quanto à mudança de pensamento sobre o sistema de produção a ser praticado e à evolução dos alimentos orgânicos no que se refere à aceitação do consumidor:

[...] as pessoas começaram a procurar mudanças na matriz produtiva, porque entendiam que era uma necessidade produzir sem venenos, [...] produzir e buscar um novo processo de produção, com dignidade, com renda e capacidade de se sustentar [...]. As famílias associadas a nossa associação entenderam que deveriam buscar uma forma de comercialização diferenciada para colocar esse produto porque entendiam que colocar o produto no supermercado não teria a mesma valorização que colocar para vender na feira, uma vez que o consumidor valoriza mais o produto vendido em um local especializado, com venda direta ao consumidor. [...] A relação de credibilidade foi construída ao longo dos anos e funciona como um sistema de parceria entre produtor e consumidor [...]. Nenhuma certificação se compara com a relação construída entre o produtor e o consumidor, de forma ética. Os produtos das famílias da associação são comercializados na feira da Coesperança porque aqui em Santa Maria a procura por alimentos saudáveis é muito grande, ao contrário do que acontece em municípios pequenos como o nosso [Dona Francisca]. Eu acho que deveria ter um investimento público em educação para conscientizar a população sobre a importância de uma alimentação saudável, para mudar a cultura, para valorização o produto orgânico.

No município de Agudo, encontram-se agricultores familiares que adotaram a produção de alimentos orgânicos porque procuravam uma alternativa para deixarem de produzir fumo e, dessa forma, ter mais qualidade de vida para si próprios e para a família. A cultura do fumo, segundo eles, exige muito manejo de agrotóxicos, o que pode causar danos sérios à saúde, pois o mínimo descuido pode causar danos irreversíveis. A agricultora Edite Silva dos Anjos expõe seus motivos:

Iniciamos com o cultivo dos orgânicos em 2012 para extinguir a produção do fumo, porque desejávamos maior qualidade de vida [...]. Estávamos sofrendo com muitos problemas de saúde, por causa do fumo. [...] Optamos trabalhar com alimentos orgânicos para sair da vida escrava que tínhamos quando plantávamos fumo.

Do exposto, verifica-se que a ocupação das terras no COREDE Central tem forte influência da imigração e que a orientação para utilizar um sistema produtivo menos agressivo ao ser humano e ao meio ambiente já era adotada por muitos produtores. Além disso, percebe-se uma tendência de transição do modelo convencional de produção agrícola para o orgânico em algumas unidades produtivas, principalmente, nos municípios de Agudo e Dona Francisca, ou seja, um retorno às origens das formas de produção dos antepassados pluricultores. Tudo isso envolvido por processos organizativos que se formataram e se formatam dentro e fora das propriedades, por meio de alianças associativas, desde o início da ocupação das terras na região, mantendo as principais características da agricultura familiar, pequena propriedade e mão de obra familiar, que seguem servindo de base estrutural para manter a capacidade competitiva no mercado.

4 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DE AÇÃO COLETIVA ATUANTES NAS REDES DE PRODUÇÃO E DE COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO COREDE CENTRAL

Dentre os processos organizativos inerentes à produção e à comercialização de alimentos orgânicos oriundos das unidades produtivas da agricultura familiar, destacam-se as formas de organização de ação coletiva como elementos capazes de transformar a configuração social de uma classe, neste caso a dos agricultores familiares, e de condicionar processos de mudança envolvendo aspectos econômicos, sociais, culturais, tecnológicos e ambientais.

Diante disso, ao considerar a importância dessas formas de organização para o desenvolvimento desse setor produtivo – o de orgânicos – no COREDE Central, enfoca-se na caracterização das associações constituídas pelos agricultores familiares que integram o universo de pesquisa nesta tese.

Sendo assim, na Tabela 1, apresentam-se a quantidade de famílias entrevistadas, as associações das quais essas famílias de agricultores produtores de alimentos orgânicos^v fazem parte e os respectivos municípios onde se localizam as unidades produtivas, todos no COREDE Central.

Tabela 1 – Famílias entrevistadas no COREDE Central

Associação e município	Número de famílias	% do total da amostra de entrevistados
Associação Alfa – Agudo	08	15,4
Associação Bravo – Dona Francisca	07	13,6
Associação Charlie – Pinhal Grande	09	17,3
Associação Delta – Santa Maria	02	3,8
Associação Echo – Santa Maria	08	15,4
Associação Foxtrot – Santa Maria	02	3,8
Associação Golf – Santa Maria	06	11,5
Associação Hotel – Santa Maria	03	5,8
Associação Índia – São Pedro do Sul	01	1,9
Associação Juliet – Silveira Martins	06	11,5
Total	52	100

Fonte: tabela elaborada pelas autoras.

A Associação Alfa agrega oito agricultores familiares do município de Agudo cujo foco principal é a união para a comercialização no Feirão Colonial^{vi} da Coesperança, onde mantêm uma banca com produtos de hortifrutigranjeiros *in natura* e alguns pães e cucas, além de compotas (doces em conserva) e conserva de legumes.

Em Dona Francisca, encontra-se a Associação Bravo – a única que tem todos os sete agricultores associados com certificado de conformidade orgânica – que mantêm seus associados produzindo hortifrutigranjeiros e arroz em suas propriedades, mas com apoio coletivo para obtenção de insumos, compartilhando o uso de máquinas e equipamentos, etc. e comercializando, individualmente, em suas propriedades e na porta do consumidor ou com cooperativas (caso do arroz orgânico) e, coletivamente, no Feirão Colonial.

No município de Pinhal Grande, a Associação Charlie, com nove agricultores familiares produzindo leguminosas, principalmente, feijão e verduras, destaca-se por ser bastante organizada no aspecto formal, de legalização documental, inclusive para facilitar legalmente a obtenção de financiamentos por parte dos associados para aquisição de máquinas e equipamentos a serem utilizados na produção.

Localizada em Santa Maria, quase na divisa com o município de Restinga Seca, a Associação Delta conta com a parceria de dois agricultores familiares – um deles já com certificação de conformidade orgânica – cujo destaque se dá em termos de organização administrativa da propriedade, seja na produção, seja na comercialização.

A Associação Echo, localizada no interior de Santa Maria, no distrito de Arroio do Só, conta com oito associados cuja produção envolve o cultivo de porongos para cuias de chimarrão e de hortaliças cultivadas em uma horta comum para consumo próprio, das famílias e venda do excedente.

No distrito de Arroio Grande, município de Santa Maria, encontra-se a Associação Foxtrot com a parceria de duas famílias de agricultores que produzem, verduras, principalmente, brócolis e alface.

A Associação Golf, localizada no distrito de Santa Flora, município de Santa Maria, é formada por seis famílias de agricultores que estabeleceram parceria em todos os elos da cadeia produtiva, desde a produção de milho, mandioca, batata-doce e frutas até a comercialização desses alimentos.

Em Santa Maria, no distrito de São Martinho, três agricultores familiares que produzem hortifrutigranjeiros formam a Associação Hotel com o intuito de auxiliarem-se mutuamente para a produção e, principalmente, para comercialização de alimentos no Feirão Colonial, da Cooesperança onde exercem posições de liderança, trabalhando para a criação de estratégias que auxiliem o grupo de agricultores a melhorar a capacidade de produção das unidades produtivas e a obter um melhor desempenho na venda de alimentos. Cabe ressaltar o fato de que essa associação mantém estreita ligação com a Associação Foxtrot para a comercialização no que tange à exposição dos produtos. Ocorre que ambas as associações utilizam a mesma bancada para vender os alimentos, pois dessa forma conseguem atrair mais consumidores, em virtude do grande volume e da variedade de produtos que juntos conseguem expôr.

Nomeia-se o agricultor familiar, Sr. Paulo Silva Santos, cuja unidade produtiva localiza-se em São Pedro do Sul, como Associação India, pois ele é remanescente de uma parceria desfeita logo nos primeiros anos de implantação do Projeto Esperança. Esse produtor de hortaliças e frutas mantém-se produzindo individualmente, na prática, mas segue sendo sócio da Cooesperança porque foi “adotado” pela Associação Hotel e, por isso, utiliza-se do espaço disponibilizado no Feirão Colonial para a comercialização.

A Associação Juliet, em Silveira Martins, é formada por seis famílias de agricultores que produzem uma variedade bastante significativa de alimentos orgânicos e, apesar de possuírem unidades produtivas com estrutura individualizada, estabelecem trocas de informações e auxílio-mútuo para reduzir custos com transporte até o Feirão Colonial onde comercializam grande parte da produção.

De acordo com os conceitos de Nantes e Scarpelli (2012), abordados neste artigo, pode-se afirmar que as associações Delta, Echo, Foxtrot, Golf e Hotel formam parcerias porque estabelecem acordos para produzir e comercializar alimentos orgânicos, as associações Alfa, India e Juliet enquadram-se como *pool* de produtores, pois se unem apenas para comercializar seus produtos, e as associações, propriamente ditas, Bravo e Charlie que se destacam pelos aspectos formais, pela busca de superação das dificuldades e pela geração de benefícios comuns.

Congregando e articulando todas essas associações surge a Cooesperança que, vinculada ao Projeto Esperança, viabiliza, por meio do Feirão Colonial e da Teia Esperança^{vii}, a comercialização da produção advinda da agricultura familiar. Cabe esclarecer que, para fazer parte da Cooesperança, é preciso que o agricultor familiar seja integrante de um grupo ou associação de produtores.

Observa-se uma espécie de *pool* às avessas, isto é, os *pools* de produtores são

estruturados para viabilizar a participação na Coesperança e a comercialização no Feirão Colonial do Projeto Esperança/Coesperança, pois esta é uma das exigências do projeto, ou seja, somente grupos associados e associações podem participar da comercialização na feira. Dessa forma, o que se percebe é um estímulo ao fortalecimento das formas organizativas associativas de agricultores familiares.

Pode-se inferir dessa rede construída, a partir do Projeto Esperança, que as associações (grupos, parcerias, pools, etc.) e a Coesperança caracterizam-se, indubitavelmente, como elos entre os agricultores familiares e o mercado consumidor e transformaram-se em importantes bases de apoio que auxiliam esses produtores a superar dificuldades/crises.

O depoimento do agricultor familiar, Sr. Guilherme Fagundes, da Associação Golf, de Santa Maria, esclarece que, ao longo da história desses 25 anos, o desenvolvimento da Coesperança motivou muitos produtores a trabalharem coletivamente para produzir e comercializar.

Antigamente era difícil, não tinha onde vender a produção, tinha que fazer tudo de forma isolada, sozinho; mas depois que se criou a cooperativa [Coesperança], tudo ficou mais fácil. [...] O Feirão Colonial foi uma grande ajuda para vender a produção. [...] Com a ajuda de todos os que fundaram a cooperativa, ficou melhor também para produzir, para aprender técnicas mais adequadas de plantio, para conseguir sementes. [...] Assim, a gente conseguiu continuar plantando, o que garantiu o trabalho e o sustento da família.

Portanto, a Coesperança, bem como as formas de organização coletiva adotadas pelos agricultores familiares produtores de orgânicos, no caso do COREDE Central, contribuiu de veras para a permanência desses produtores e suas famílias no campo.

Nesse processo histórico, evidenciam-se as constantes lutas dos agricultores familiares para venderem os seus produtos que sensibilizaram Dom Ivo, mentor do Projeto Esperança. A proposta de Dom Ivo e a luta dos agricultores familiares para, cooperativamente, trabalhar na produção e na comercialização dos alimentos, principalmente hortifrutigranjeiros, auxiliaram na criação de uma identidade social e histórica. É o que se percebe no depoimento do agricultor familiar, Sr. Augusto Caetano, da Associação Charlie, de Pinhal Grande:

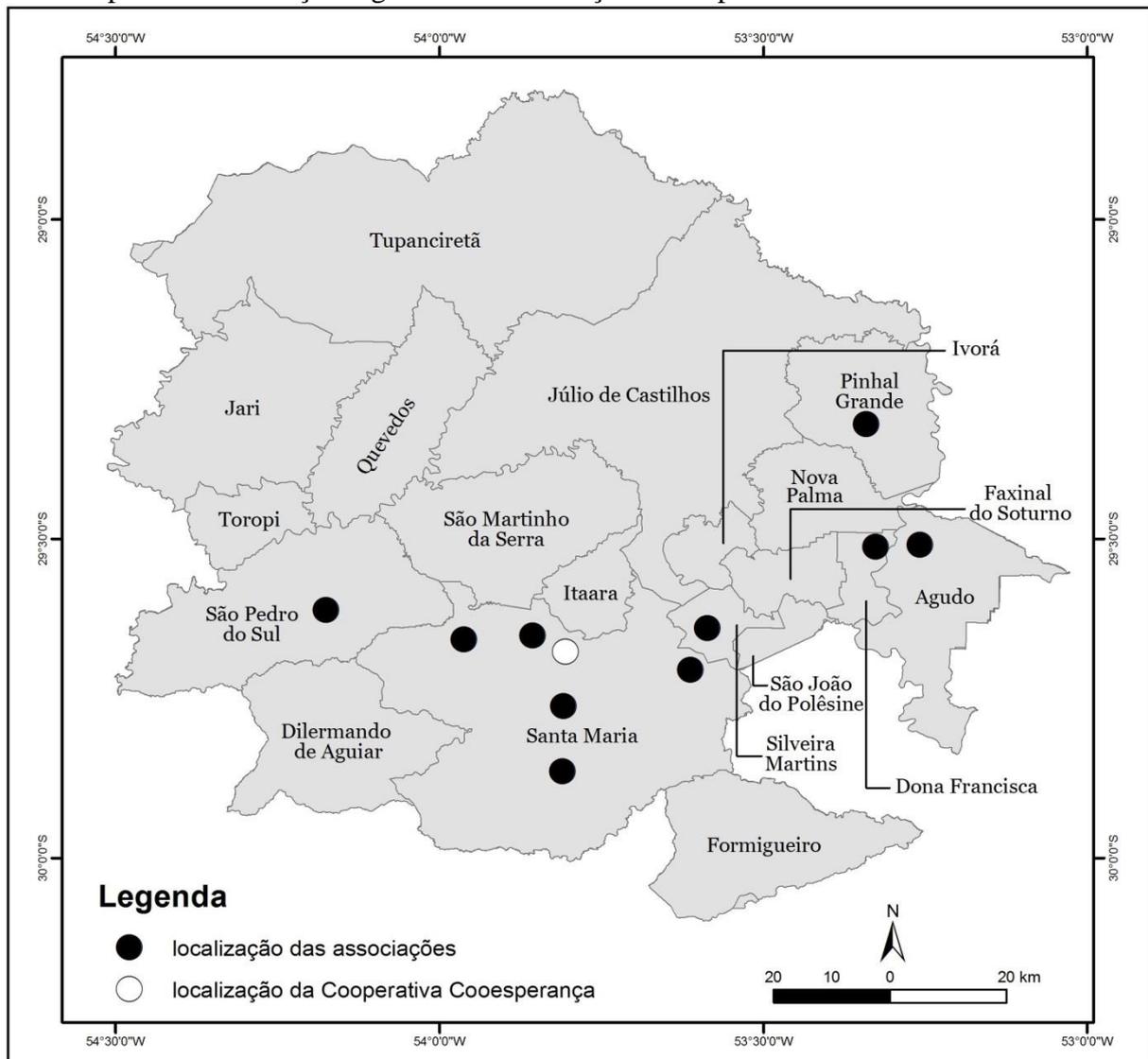
Em 1993, quando Dom Ivo [bispo da diocese de Santa Maria, na época] fez a divulgação do Projeto Esperança nas paróquias católicas da região, houve um interesse por parte da comunidade e da paróquia de Pinhal Grande em realizar a comercialização de produtos na feira desenvolvida pelo projeto [Feirão Colonial] e no feirão tradicional do mês de julho [FEICOOP]. [...] A comunidade lotava um caminhão, se organizava para levar os produtos e vender no Feirão, [...] o Projeto Esperança enviava um caminhão para buscar os produtos dos produtores da região, mas as famílias continuavam plantando fumo, feijão, soja e criando vacas para a produção de leite. Aos poucos, foram desenvolvendo essa nova modalidade de produção [orgânica] como alternativa à cultura do fumo, a fim de extinguir a produção do fumo. A partir de 1993 ocorreu uma permanência dessa forma de organização, na qual o caminhão buscava os produtos da comunidade, por, aproximadamente, três anos. Isso facilitava a venda dos produtos do pequeno agricultor porque era difícil vender os produtos, já que os mercados compravam dos grandes agricultores que comandavam os preços no mercado. A verdade é que não era uma maravilha, muitos desistiram, mas dava para ajudar no sustento das famílias. [...] Lideranças se alternaram na coordenação das atividades na associação [Charlie] em Pinhal Grande até 2011, quando assumi a coordenação da associação. Comecei a trabalhar e buscar mais famílias do Vale do Pororó que tivessem interesse em trabalhar cooperativamente e, graças a Deus, continuamos trazendo os nossos produtos e comercializando na feira da Coesperança porque temos orgulho de fazer parte dessa organização cooperativa.

Vê-se que o trabalho é vigoroso, consistente, mas exigiu e exige muita solidariedade, organização individual e coletiva. Para se ter uma ideia da dimensão alcançada pelo Projeto Esperança, ressalta-se que hoje essa proposta serve de parâmetro para o desenvolvimento da economia solidária, não só no Brasil, mas também em diversos países latinoamericanos e de outros continentes. Juntamente, com o Banco da Esperança e a Prefeitura Municipal de Santa Maria, com o apoio de diversas entidades e com a participação de Empreendimentos de Economia Solidária, ONGs e o Poder Público, o Projeto Esperança/Coesperança organiza, anualmente, no mês de julho, em Santa Maria, a Feira Internacional do Cooperativismo – FEICOOP, o maior evento de economia solidária da América Latina.

Em relação aos processos organizativos construídos pelos agricultores entrevistados na região do COREDE Central, constata-se que, de maneira geral, as formas de organização coletivas, associações e cooperativas (Mapa 1), auxiliam os agricultores a atingirem os seus objetivos de produzir e comercializar alimentos orgânicos.

Enfatizados os aspectos estruturais e de funcionamento dessa rede de associações em torno da Coesperança, trata-se de demonstrar a localização e a área de abrangência geográfica das famílias de agricultores produtores de orgânicos, pertencentes às associações vinculadas ao Projeto Esperança/Coesperança.

Mapa 1 – Distribuição regional das associações e cooperativas no COREDE Central



Fonte: mapa organizado pelas autoras e elaborado por João Paulo Delapasse Simioni, a partir do IBGE e FEE.

A “leitura” do mapa indica uma maior incidência de associações de agricultores familiares na parte sul do COREDE Central. Há, realmente, uma predominância da agricultura familiar nessa zona denominada Microrregião da Serra, enquanto que, na parte norte da região, desenvolve-se, prioritariamente, uma agricultura moderna em médias e grandes propriedades, com destaque para as plantações de soja e de milho e para a pecuária de corte (NEUMANN, 2003).

Com a “fotografia” obtida das associações e da Coesperança, por meio das características principais detalhadas, busca-se a apreensão do *modus operandi* dessas formas de organização de ação coletiva, ou seja, de que maneira elas contribuem para produzir e comercializar alimentos orgânicos.

5 ARTICULAÇÕES PARA A PRODUÇÃO DE ORGÂNICOS NO COREDE CENTRAL

A produção desse grupo de produtores pertencentes às associações vinculadas à Coesperança, caracteriza-se pelo cultivo de hortaliças cujo ciclo produtivo é longo e que têm um alto grau de perecibilidade, por utilizar mão de obra familiar e aplicar técnicas específicas de preparo do solo para a realização do plantio, usar sementes crioulas para a produção de um

alimento saudável, sem utilização de agroquímicos, tudo isso visando oferecer um produto de qualidade ao consumidor.

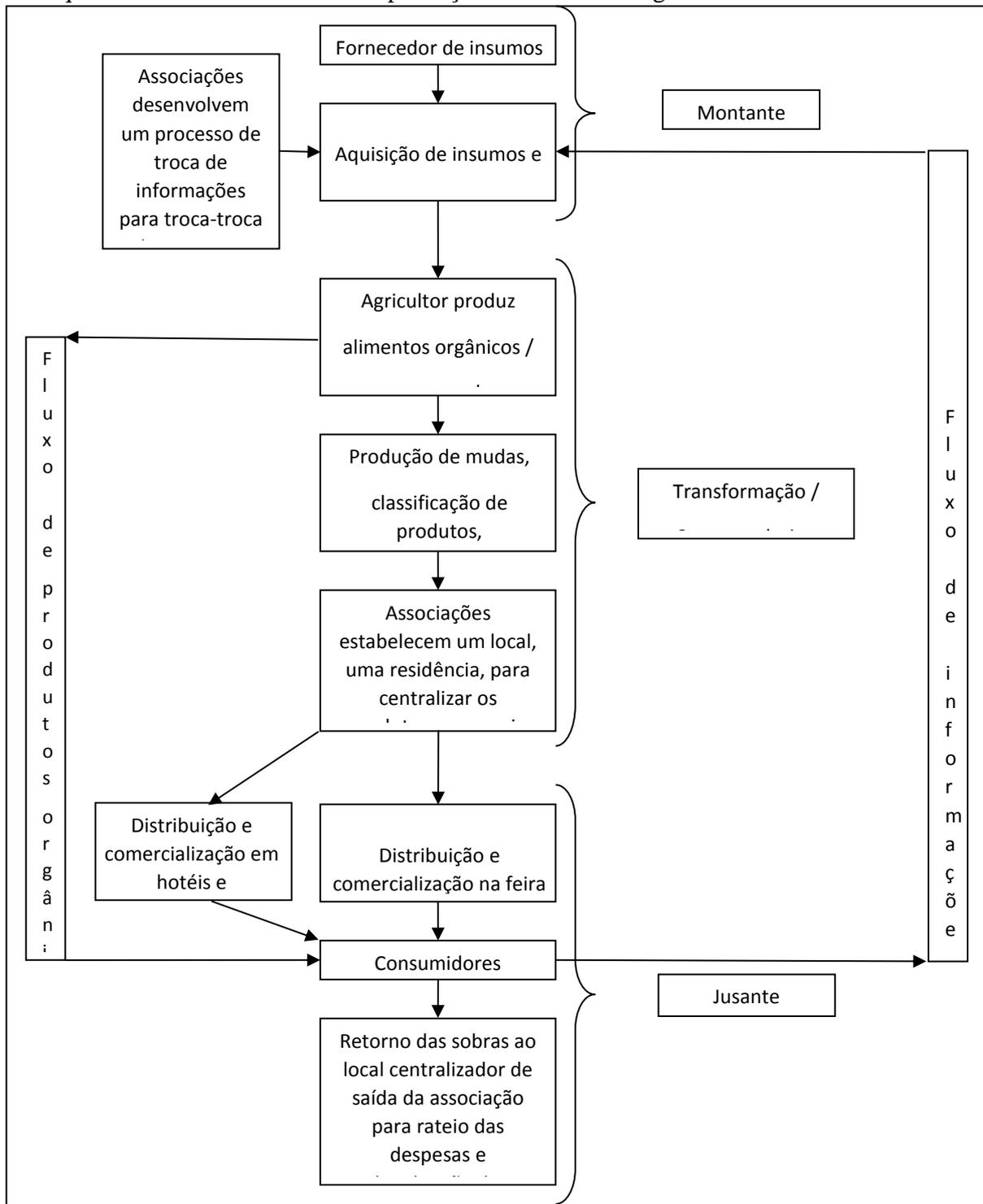
Entretanto, quanto aos insumos, à tecnologia utilizada na produção e à forma de cultivo, é preciso esclarecer que há dois tipos de processos produtivos envolvidos: o processo em que os produtos são totalmente orgânicos e o processo em que está acontecendo uma conversão, isto é, há um processo de transição da produção convencional para a produção orgânica, por meio da redução e racionalização da utilização de insumos químicos e das práticas prejudiciais ao meio ambiente.

Desde a criação do Projeto Esperança, especificamente em relação à agricultura familiar e à agroecologia, há um incentivo explícito à formação de alianças solidárias, de grupos de produtores, associações, enfim, formas de organização coletivas de agricultores familiares porque, historicamente, essas formas associativas mostraram-se apropriadas para obtenção de uma maior capacidade produtiva e mais força para ocupar espaços no mercado. Ou seja, juntos, atuando coletivamente, torna-se mais fácil para que esses produtores possam alcançar uma maior escala de produção, um volume maior e uma oferta mais diversificada de produtos para levarem às feiras e/ou a outros pontos de distribuição com o intuito de realizar a venda dos alimentos.

A essas possibilidades acrescenta-se que a dinâmica dos produtores agrícolas familiares envolve um sistema de organização em que a maior parte das estratégias são desenvolvidas a partir da constituição de formas organizativas, pois, dessa forma, eles podem ampliar a capacidade de agregar valor aos produtos alimentícios cultivados (BATALHA; BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2005).

Essas abordagens confirmam-se, pois, nos processos organizativos de produção de alimentos orgânicos na região do COREDE Central, observa-se que, para superar as dificuldades em relação à mão de obra e as deficiências tecnológicas, os agricultores familiares articulam-se formando parcerias, pools de produtores, pequenas associações, etc. e constroem uma estrutura (Esquema 1) em que a demanda do consumidor final evidenciada no Feirão Colonial traduz-se na informação necessária para uma produção que supra essa demanda por alimentos orgânicos.

Esquema 1 – Fluxos da cadeia de produção de alimentos orgânicos no COREDE Central



Fonte: esquema elaborado pelas autoras.

Observa-se que o fluxo de informações, de jusante a montante, flui em direção às fontes de matéria-prima para a produção dos alimentos orgânicos porque tais informações obtidas no contato com o consumidor são essenciais para (re)organizar/(re)definir a produção que, de modo geral, segue uma estrutura primitiva e tem por base a experiência dos produtores.

Por outro lado, de montante a jusante, o fluxo de produtos orgânicos segue na direção do cliente final e tem as associações e a Coesperança como elos fundamentais entre

os processos de produção e de comercialização.

Nessa relação de fluxos de informação e de produtos orgânicos, há uma interação permanente entre produtor e consumidor que agrega valores, não só econômicos com a obtenção de um preço justo para os alimentos produzidos, mas também culturais, sociais e ambientais.

6 ARTICULAÇÕES E CONSTRUÇÕES SOLIDÁRIAS NO COREDE CENTRAL PARA ATUAR NO MERCADO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS

Criar maneiras de vender os alimentos orgânicos, principalmente nas feiras livres, foi o caminho trilhado ao natural pelos agricultores familiares ante a exploração dos atravessadores e de setores atacadistas hegemônicos. E, para isso, a construção de redes solidárias foi essencial para a afirmação consistente da comercialização direta produtor-consumidor, como um modelo ou prática comercial que viabilizasse o atendimento de diversas demandas desse setor agrícola.

Entre as vantagens que os agricultores têm ao comercializarem integrados a uma rede de associações e/ou cooperativas, está a redução de custos e o aumento do poder de barganha na cadeia produtiva, o que possibilita um maior retorno sobre o investimento na produção.

Sobre a apresentação dos alimentos orgânicos no mercado, enfatiza-se que os produtos oriundos da agricultura familiar, na sua grande maioria, não passam por beneficiamento, ou processamento, ou transformação porque são comercializados *in natura*. Araújo (2010, p. 72) corrobora essa afirmação ao destacar que “[...] os produtos agropecuários são agrupados nos comercializados *in natura* e nos que serão processados ou transformados.”

No caso do canal de comercialização dos produtos orgânicos no COREDE Central, as associações e a Cooesperança, conforme já demonstrado, são importantes elos entre os agricultores familiares e os consumidores finais, contribuindo de veras para a agregação de valor a produtos pouco ou nada processados.

Nas entrevistas realizadas com os agricultores familiares, constatou-se que a maior parte deles reconhece que há uma dependência da coletividade para a continuidade de suas atividades produtivas. Por isso, o suporte realizado pelas pequenas associações e pela Cooesperança é fundamental.

Evidencia-se, com base nos depoimentos obtidos, que a existência de um local para comercialização dos alimentos orgânicos foi preponderante para a intensificação das vendas desses produtos e é essencial para manter uma perspectiva de aumento na procura por orgânicos, o que já vem sendo evidenciado nos últimos anos. Segundo o agricultor familiar Sr. Jurandir de Souza Macedo, da Associação Bravo, de Dona Francisca,

[...] se não fosse esse local de comercialização, não faríamos o mesmo volume de vendas. Aqui, na feira [Feirão Colonial], a venda é certa porque o consumidor valoriza um produto vendido em um local especializado e também porque a venda é direta ao consumidor [...]. Ao longo dos anos, fomos construindo um sistema de parceria que gerou credibilidade com a clientela.

Esse local a que se refere o agricultor, é um espaço construído por meio do Projeto Esperança para a realização de diversas atividades, dentre elas o Feirão Colonial, onde os agricultores familiares vinculados à Cooesperança comercializam seus produtos. Esses agricultores e suas associações têm, portanto, suporte da Cooesperança em relação à infraestrutura para comercialização de alimentos, acompanhamento e reestruturação das pequenas associações, bem como na obtenção de qualificações diversas, como por exemplo, cursos de informática, de línguas, do plantio ecológico, artesanato, entre outras.

Além disso, para os sócios da Cooesperança, a construção dos pavilhões destinados à venda de alimentos oriundos da agricultura familiar funcionou como um fator motivador para

uma comercialização organizada, não só de alimentos produzidos de acordo com o modelo convencional de produção, mas também de alimentos orgânicos.

Outro fator motivador, segundo alguns dos agricultores familiares entrevistados, foi a apresentação de uma alternativa de renda que representou uma saída para que muitos deles pudessem deixar para trás as atividades relacionadas à cultura do fumo, que é denominada pelos agricultores como a cultura da morte. Conforme relato do Sr. Adalberto Freitas, da Associação Alfa, de Agudo, “[...] essa foi a oportunidade de conhecer novos horizontes e mudar de vida”.

Além desses fatores, os agricultores relatam que a motivação para produzir e comercializar orgânicos também surgiu da possibilidade de produzir um alimento saudável para comer (subsistência) e para vender (obter renda) e, principalmente, de desfrutar de maior qualidade de vida para eles próprios, para suas famílias e para os consumidores.

No entanto, a história da comercialização de alimentos no Feirão Colonial, bem como nos outros locais que integram a Teia Esperança, de acordo com informações obtidas nas entrevistas, não se construiu somente com boas ideias e ações organizadas. As instalações físicas destinadas às atividades do Projeto Esperança/Coesperança começaram a ser erguidas nos primeiros anos da década de 1990 e, obviamente, a estrutura para a comercialização não era igual a que se tem atualmente. Na época, apresentava-se pouco moderna e com muitas limitações de espaço, de conforto para o comerciante (agricultor familiar) e o consumidor, de acesso, etc. e ainda sofriam com as constantes pressões/inspeções da vigilância sanitária e de órgãos fiscalizadores.

Quando começamos em 1993, tudo era mais difícil: eram barracas que voavam com o vento, nos molhávamos todos com as chuvas, sofriamos com o frio; não era fácil mesmo [...]. Os mais antigos são verdadeiros heróis porque aguentaram firmes neste propósito e acreditaram nas ideias de Dom Ivo e na coragem da irmã Lourdes para tocar o projeto. (Sr. Mário Veloso, da Associação Charlie, de Pinhal Grande).

Além da pressão sofrida pelas instituições públicas para as adequações, principalmente, de ordem sanitária, os agricultores familiares entrevistados, por meio dos relatos, revelam que, com o crescimento da feira, passou a existir uma pressão velada por parte de grandes redes de supermercados, para que produzissem alimentos para esses supermercados revenderem. Segundo eles, foram apresentadas propostas de contratos fixos, objetivando a obtenção de alimentos em grandes quantidades, com custos baixos, não importando o sistema de plantio. Porém, esses agricultores familiares rejeitaram as propostas porque se tornariam dependentes dessas empresas, por conta das cláusulas contratuais de exclusividade. Importante considerar que, caso tais propostas tivessem sido aceitas, poderia haver uma diminuição da produção de alimentos orgânicos, haja vista as grandes quantidades de hortifrúti exigidas/demandadas, o que influenciaria na adoção de um sistema de produção agrícola com ciclo produtivo mais rápido, como o convencional e, seguramente, haveria a transferência de clientes para esses supermercados.

A respeito de conflitos e tensões como esses que ocorreram entre essas grandes redes de supermercados e os agricultores familiares da Coesperança, Santos (2004) menciona que, frequentemente, grandes empresas buscam controlar atividades similares no mercado e, eventualmente, absorvê-las.

Verifica-se que é por meio da organização coletiva e dos estímulos da Coesperança que os agricultores familiares produtores de orgânicos buscam amenizar as pressões e resolver as dificuldades que se apresentam, a fim de resistir e permanecer no mercado.

Conforme relato do agricultor familiar, Sr. Otávio Pereira, da Associação Alfa, de Agudo, a organização social, via pequenas associações e Coesperança, foi a forma encontrada pelos agricultores familiares não só para realizar a comercialização dos alimentos

produzidos, mas também para reivindicar melhores estradas para escoamento da produção, receber informações concretas sobre as formas de obter créditos, microcréditos, financiamento para produzir e/ou ampliar a capacidade da unidade produtiva, receber assistência técnica de instituições estatais, dentre outras necessidades.

Por outro lado, os depoimentos dos agricultores familiares entrevistados revelam que, em algumas associações, há desafios internos a serem enfrentados, sob pena de enfraquecimento dessas associações ou de diminuição da capacidade de atuação ou, ainda, de abalar por completo a sua existência. São eles: ação de indivíduos que priorizam a comercialização dos seus produtos, ao invés de comercializar de maneira equitativa os produtos de todas as famílias pertencentes à associação, evidenciando, dessa forma, preocupação com bom desempenho individual, deixando em segundo plano o coletivo; o interesse em buscar popularidade para ocupar cargos e/ou fazer parte de governos municipais, ou seja, a única preocupação é com o individual renegando, portanto, os interesses coletivos; a desconfiança entre membros de uma mesma associação, em virtude da ausência de um controle financeiro rígido.

Dificuldades como essas têm relação direta com a organização e a participação coletiva voltadas para a comercialização, interferindo negativamente nesses processos. Elas causam turbulências na gestão participativa das associações e, principalmente, da Cooesperança e comprometem o exercício democrático desses agricultores familiares. Esses problemas podem ser causas para a afirmação de Rech (2000, p. 95): “Na vida prática das cooperativas, nem sempre a democracia é preservada.” Por isso, o autor enfatiza que “[...] na vida da cooperativa, a democracia é uma conquista a ser realizada permanentemente e deve ser um debate presente em todos os momentos da entidade.” (RECH, 2000, p. 98).

Outro elemento a ser destacado é que o processo de organização coletiva deve ser desenvolvido a partir de objetivos comuns às famílias e ter como meio e fim a construção da convivência social propulsora de desenvolvimento coletivo. Conforme se verificou, por meio das entrevistas, esse entendimento é compartilhado pela maioria dos agricultores familiares, no entanto, o objetivo comum mais citado por ser considerado o mais importante é apenas o de vender os produtos.

Entretanto, num sentido mais amplo, o êxito da organização coletiva está relacionado com a construção coletiva de forças para fazer frente às necessidades comuns e com a soma de esforços para o sucesso dos objetivos, buscando apoio de entidades que possam auxiliá-los no andamento das atividades, não apenas no aprimoramento da estrutura de comercialização, porque esse passa a ser consequência das ações da coletividade de agricultores familiares.

Por isso, cabe especificar que, a organização coletiva, construída com bases sólidas na convivência social é a alternativa adequada para a inserção do agricultor familiar do COREDE Central, produtor de alimentos orgânicos, no mercado frente aos efeitos do processo de globalização, levando ao fortalecimento da articulação coletiva solidária e ao melhoramento da estrutura e da dinâmica de comercialização dos seus produtos.

Cabe destacar que, quanto a essa comercialização, identificou-se que o local mais utilizado pelos agricultores para comercializar e para divulgar os produtos tem sido as feiras livres, conforme relatos feitos por todos os entrevistados. Além disso, há produtores que realizam o fornecimento de alguns produtos para restaurantes e hotéis de Santa Maria. Ainda sobre esse aspecto, ressalta-se que apenas um produtor citou que utiliza uma rede social – o facebook – para colocar as fotos da plantação e divulgar os seus produtos.

Constatou-se, ainda, que essa comercialização direta entre produtor e consumidor final demanda aprimoramento porque, em sua grande maioria, não consta um rótulo nos produtos para identificação das características, validade e procedência, e a construção de uma relação de confiança foi citada pelos entrevistados como o fator que fidelizou os consumidores e é o que garante a venda.

Destaca-se que, para a realização das vendas, não há uma atuação da Cooesperança para formação dos preços de venda. Conforme depoimento do Sr. Ademir Ribeiro, da Associação Foxtrot, de Santa Maria: “Cada um coloca o seu preço. [...] A alface, por exemplo, é vendida por preços variados. Hoje, cada produtor estabelece o preço do seu produto.” Na visão desse agricultor familiar, critérios claros para a formação dos preços deveriam ser estabelecidos e a cooperativa deveria incentivar a todos os agricultores que comercializam ali a praticar um preço padronizado.

Ainda, sobre a formação dos preços, o Sr. Rudimar Bernardes, da Associação Echo, do município de Santa Maria, afirma que “[...] antigamente, até tinha umas placas que definiam, claramente, os preços dos produtos que eram vendidos na feira, mas, hoje, não tem nada e, cada um coloca o preço que quer, em função dos seus custos e da qualidade dos produtos.”

No que se refere à qualidade dos produtos, constatou-se que os agricultores de duas associações obtiveram a certificação, por meio da certificação participativa no ano de 2014, e são oficialmente rotulados como produtores de alimentos orgânicos. Os demais estão em processo de transição e passam por diversas adaptações de seus sistemas de produção.

Quanto à articulação dos agricultores familiares do COREDE Central, observou-se que eles se reportam às associações e à Cooesperança para operacionalizar a dinâmica de comercialização dos produtos orgânicos. Esses processos organizativos são, portanto, realizados a partir de articulações dos próprios produtores, das associações e da cooperativa e de suas relações comerciais já estabelecidas com o consumidor.

Com base na ação coletiva, os agricultores familiares realizam um processo de aquisição de sementes em suas respectivas associações, desenvolvendo também um troca-troca de sementes entre os membros da associação ou intercambiando com outros grupos. Os interesses e valores comuns desses agricultores geram um movimento de cada associação em direção ao espaço de comercialização, ou seja, eles desenvolvem toda a logística até chegar no local do pavilhão da Cooesperança, onde acontece uma integração social desses agricultores com a comunidade local, ao mesmo tempo em que se desenvolvem as atividades de comercialização.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos processos organizativos de produção e de comercialização desencadeados no COREDE Central indica que pode haver um estímulo ou uma necessidade maior de interações, articulações, parcerias, *pool* de produtores, associações, etc. para o aumento da produção e do comércio de alimentos orgânicos nos municípios da região.

Verifica-se que os agricultores – articulados em suas associações e vinculados à Cooesperança – criam redes colaborativas e constroem estrategicamente uma forma solidária de atuação no mercado visando neutralizar dificuldades encontradas. Dessa forma, em relação à prática da agricultura orgânica, eles geram conhecimento útil para a coletividade e, por meio da prática social que transcorre em um processo de constante transformação da realidade, contribuem para o desenvolvimento regional.

Observa-se que o desenvolvimento de uma região tem a organização dos agricultores familiares como uma de suas forças motrizes importantes. No caso da região estudada, os entrevistados relataram que, por meio das formas de organização de ação coletiva, têm obtido melhores resultados em relação à qualidade de vida e à redução das desigualdades.

Além disso, de acordo com a ADESM (2013), esses agricultores e suas famílias têm desempenhado papel bastante ativo, ainda que incipiente, ao participarem e exporem seus anseios em reuniões e encontros promovidos por instituições públicas, como as Secretarias Municipais de Agricultura, Emater/RS-Ascar, universidades, etc. e, principalmente, pela Cooesperança que tem o objetivo de desenvolvimento e execução de um planejamento, por

meio do qual Santa Maria e região passem a ser referência no fortalecimento de organizações coletivas e da sustentabilidade da sociedade, por meio de princípios e valores do comércio realizado de forma justa e solidária.

Cabe destacar que, em torno do Feirão Colonial, movimentam-se os agricultores e suas associações; algumas instituições, como a Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e, também, organizações que desenvolvem atividades de apoio ao meio rural, como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural/Rio Grande do Sul e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – Emater/RS-Ascar por meio de seus extensionistas; organizações civis; outras entidades de planejamento da cidade de Santa Maria e região, como a Agência de Desenvolvimento de Santa Maria – ADESM; e, ainda, os consumidores que se interrelacionam constituindo uma rede e viabilizando a comercialização dos alimentos orgânicos.

Essa rede organizada em torno dos agricultores familiares fomenta a multidimensionalidade do meio rural, ou seja, esses produtores não possuem uma vinculação restrita com o meio rural e com a agricultura.

O convívio no meio urbano e a prática do comércio nas cidades caracterizam esses agricultores como pluriativos, independentemente de ter ou não mais fontes de obtenção de renda, uma vez que participam ativamente do setor primário, produzindo alimentos, do setor secundário (em pequena escala), transformando esses alimentos e do setor terciário, comercializando o produto final.

Por fim, conclui-se que quanto mais bem organizada a unidade produtiva e as formas de organização de ação coletiva, sejam elas parcerias, *pools* de produtores, associações ou cooperativas, mais sólidos serão os processos organizativos de produção e de comercialização construídos por agricultores familiares produtores de alimentos orgânicos e melhores serão os resultados nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, o que pode ajudar a alavancar o desenvolvimento regional onde se tenha identificado na agricultura familiar potencial de desenvolvimento endógeno.

REFERÊNCIAS

ADESM – Agência de Desenvolvimento de Santa Maria. **Plano estratégico de desenvolvimento de Santa Maria**: “a Santa Maria que queremos” 2014 – 2030. Santa Maria: Gráfica Palotti, 2013.

ARAÚJO, M.J. de. **Fundamentos de agronegócios**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BATALHA, M.O.; BUAINAIN, M.A.; SOUZA FILHO, H.M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H.M.; BATALHA, M.O. (Org.). **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCAR, 2005, p. 43-66.

BATALHA, M.O.; SILVA, A.L. da. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições, especialidades e correspondências metodológicas. In: BATALHA, M.O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 1-62.

_____. Redesenhando tecnologias de gestão no conceito das cadeias. In: MONTROYA, M. A.; PARRÉ, J. L. (Coord.). **O agronegócio brasileiro no final do século XX**. Passo Fundo: UPF, 2000. v. 1, p. 182-216.

BRASIL. Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 dez.

1971. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm>. Acesso em: 23 set. 2015.

_____. Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre agricultura orgânica e dá providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 1, n. 250, p. 8-9, 24 dez. 2003. Seção 1. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=24/12/2003&jornal=1&pagina=8&totalArquivos=332>>. Acesso em: 23 set. 2015.

BRUM, A.J. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Petrópolis: Vozes, 1988.

CENZI, N.L. **Cooperativismo**: desde as origens ao projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro. Curitiba: Juruá, 2012.

GRZYBOVSKI, D.; PEREIRA, A. da S. Desenvolvimento econômico na região colonial no Rio Grande do Sul: uma análise histórica das implicações da constituição econômica de 1891 nas empresas familiares. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, n. 24, p. 110-140, set./dez. 2013.

HERÉDIA, V.B.M. A imigração européia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. **Scripta Nova**, Barcelona, n. 94, p. 1-11, ago. 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa político da região Sul do Brasil**. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/politico/regionais/sul_politico.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

LÜCHMANN, L.H.H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 85, p. 159-178, jun. 2014.

NANTES, J.F.D.; SCARPELLI, M. Elementos de gestão na produção rural. In: BATALHA, M.O. (Coord.). **Gestão agroindustrial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 629-664.

NEUMANN, P.S. **O impacto da fragmentação e do formato das terras nos sistemas familiares de produção**. 2003. 326 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

PINHO, D.B. **Que é cooperativismo**. São Paulo: São Paulo Editora, 1966.

PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA da Arquidiocese de Santa Maria. Introdução. **Revista 25 anos do Projeto Esperança/Cooesperança**. Santa Maria: Editora Pallotti, 2012.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RECH, D. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RIO GRANDE DO SUL. **Caminhos 2030**: planejamento estratégico regional. COREDE Central. Relatório Final 2009-2010. Santa Maria/RS: COREDE Central, 2010.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

TEDESCO, J.C. **Um pequeno grande mundo**: a família italiana no meio rural. Passo Fundo: Ediupf, 2001.

Notas

ⁱ O COREDE Central foi criado em 16 de junho de 1991, com objetivos de estimular a sociedade a participar das discussões sobre o planejamento do desenvolvimento regional, exercer um papel de entidade representativa e contribuir para o desenvolvimento da economia dos municípios que o compõem. Esse Conselho é composto, atualmente, por 19 municípios: Agudo, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jari, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Pinhal Grande, Quevedos, Santa Maria (cidade polo da região), São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, Silveira Martins, Toropi e Tupanciretã (RIO GRANDE DO SUL, 2010).

ⁱⁱ Aliança Cooperativa Internacional (ACI) é a entidade mais representativa do cooperativismo no mundo e tem como função primordial preservar e defender os princípios cooperativistas. Atualmente, sua sede está localizada em Bruxelas, na Bélgica, e se organiza por intermédio de quatro sedes continentais: África, América, Ásia e Europa. Fonte: Cooperativa de las Américas (2014).

ⁱⁱⁱ O Projeto Esperança – criado em 15 de agosto de 1987, a partir da inspiração de Dom Ivo Lorscheiter, Bispo Diocesano de Santa Maria, baseada no estudo do livro “A pobreza, riqueza dos povos”, de Albert Tévoédkeré – é um dos setores do Banco da Esperança da Arquidiocese de Santa Maria, que cria e desenvolve Projetos Alternativos Comunitários (PACs) com autogestão, cooperativismo, e sustentabilidade, como um novo jeito de construir o Desenvolvimento Solidário e Sustentável e encontrar soluções para os grandes problemas sociais, entre eles o desemprego, o êxodo rural, a fome, a miséria e a exclusão social no campo e na cidade. (PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA da Arquidiocese de Santa Maria, 2012, p. 8-9).

^{iv} A Cooesperança (Cooperativa Mista dos Pequenos Produtores Rurais e Urbanos Vinculados ao Projeto Esperança Ltda.), criada em 29 de setembro de 1989, é uma Central, que juntamente com o Projeto Esperança, congrega e articula os grupos organizados e viabiliza a Comercialização Direta dos produtos produzidos pelos Empreendimentos Solidários do Campo e da Cidade e que fortalecem juntos, com todos os grupos um Novo Modelo de Cooperativismo, na proposta Alternativa, Solidária, Transformadora, Autogestionária e no Desenvolvimento Solidário, Sustentável e Territorial, na certeza de que UM OUTRO COOPERATIVISMO É POSSÍVEL. (PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA da Arquidiocese de Santa Maria, 2012, p. 9).

^v Nesse rol, estão incluídos produtores que estão em fase de transição do modelo convencional para o modelo orgânico de produção de alimentos e/ou que ainda não obtiveram a certificação de seus produtos alimentícios.

^{vi} O Feirão Colonial é uma das atividades do Projeto Esperança/Coesperança, setor vinculado ao Banco da Esperança da Arquidiocese de Santa Maria, e foi criado em 1º de abril de 1992, com a participação efetiva e comprometida dos produtores rurais e urbanos associados ao Projeto Esperança/Coesperança e de consumidores conscientes da importância de consumir um alimento saudável, organizados na Região Central-RS (PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA da Arquidiocese de Santa Maria, 2012, p. 42).

^{vii} A Teia Esperança, criada em 14 de março de 2003, é uma Rede do Projeto Esperança/Coesperança formada pelos Empreendimentos de Economia Solidária e que tem pontos fixos e autogestionários de comercialização direta na Região Central-RS. (PROJETO ESPERANÇA/COOESPERANÇA da Arquidiocese de Santa Maria, 2012, p. 9).